

**BOLETIM
INFORMATIVO**

**DEZEMBRO
2007**

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO



DIRECÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO

Publicação mensal
Direcção-Geral do Orçamento
Telefone: 218846300
Fax: 218824962
Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>
Endereço *email*: dgo@dgo.pt

ÍNDICE

I - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SUBSECTOR ESTADO - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007.....	3
1. INTRODUÇÃO	3
2. ANÁLISE DA RECEITA	3
3. ANÁLISE DA DESPESA	6
II - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SEGURANÇA SOCIAL - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007	9
1. INTRODUÇÃO	9
2. ANÁLISE DA RECEITA	10
3. ANÁLISE DA DESPESA	10
4. ÓPTICA DO FINANCIAMENTO - SALDO ORÇAMENTAL	12
ANEXOS	15
QUADRO I - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SUBSECTOR ESTADO (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007)	17
QUADRO 2 - RECEITA DO SUBSECTOR ESTADO (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007)	18
QUADRO 3 - DESPESA DO SUBSECTOR ESTADO, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007).....	19
QUADRO 4 - DESPESA DO SUBSECTOR ESTADO, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007).....	20
QUADRO 5 - DESPESA DO SUBSECTOR ESTADO, POR MINISTÉRIOS E CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007)	21
QUADRO 6.A - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SEGURANÇA SOCIAL (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007)	22
QUADRO 6.B - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SEGURANÇA SOCIAL (JANEIRO A NOVEMBRO DE 2007)	23
QUADRO 7.A - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007).....	24
QUADRO 7.B - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES (JANEIRO A NOVEMBRO DE 2007)	25
QUADRO 8 - INDICADORES FÍSICOS DO SISTEMA DE PROTECÇÃO SOCIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA.....	26

I - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SUBSECTOR ESTADO - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007

1. INTRODUÇÃO

O valor provisório do défice do subsector Estado apurado na óptica da Contabilidade Pública para o ano de 2007 fixou-se em € 5 235.7 milhões - traduzindo uma melhoria de € 1 904.1 milhões em face do valor verificado no ano anterior.

A receita registou uma taxa de variação de 9.2%, para a qual contribuiu, em 8.3 p.p., a evolução das receitas fiscais - com uma taxa de crescimento de 9.2% - e em 0.9 p.p. as receitas não fiscais.

Por sua vez, a taxa de crescimento da despesa situou-se em 3.2%. É de salientar que o impacto, na despesa de 2007, da alteração de procedimentos contabilísticos que, por força da lei do Orçamento do Estado para 2007, foi implementada no Ministério da Justiça foi de 0.8 p.p., pelo que a despesa do subsector Estado, numa base comparável, registou um crescimento de 2.4%.

2. ANÁLISE DA RECEITA

A receita efectiva do subsector Estado ascendeu, em 2007, a € 39 219.9 milhões representando um crescimento de 9.2% face a 2006.

No ano de 2007, a **receita fiscal** registou um crescimento de 9,2% relativamente ao ano anterior. Este crescimento traduz-se num aumento de € 2 988 milhões relativamente à receita de 2006.

Relativamente aos valores arrecadados em 2006, os impostos directos e indirectos registaram crescimentos de 17.2% (€ 2 168 milhões) e de 4.1% (€ 820 milhões), respectivamente. Para o bom desempenho da receita fiscal contribuiu também o excelente comportamento da cobrança coerciva que superou o objectivo fixado de € 1 600 milhões.

Factores explicativos da variação da receita do subsector Estado

(Período: Janeiro a Dezembro)				€ Milhões
	2006	2007	Tvha do período	Contr. p/tvha (em p.p.)
Receita efectiva	35.925,3	39.219,9	9,2%	9,2
Receitas fiscais	32.626,7	35.614,2	9,2%	8,3
Impostos directos	12.610,5	14.778,2	17,2%	6,0
<i>dos quais:</i>				
- IRS	8.233,3	9.073,8	10,2%	2,3
- IRC	4.333,0	5.683,7	31,2%	3,8
Impostos indirectos	20.016,2	20.836,0	4,1%	2,3
<i>dos quais:</i>				
- ISP	3.045,1	3.169,4	4,1%	0,3
- IVA	12.401,1	13.190,8	6,4%	2,2
- Imposto de Selo	1.632,9	1.731,2	6,0%	0,3
Receitas não fiscais	3.298,6	3.605,7	9,3%	0,9
<i>das quais:</i>				
Transf. correntes para o Estado	669,2	987,7	47,6%	0,9
Outras receitas de capital	16,5	220,1	1233,9%	0,6

Legenda (última coluna): Contributo para a tvha - taxa de variação homóloga acumulada - da receita (em pontos percentuais).

Tvha: taxa de variação homóloga acumulada.

No âmbito dos impostos directos, a receita do IRS registou um crescimento de 10% relativamente ao ano de 2006, cerca de € 474 milhões acima do valor orçamentado. A receita do IRC registou um acréscimo bastante acentuado que se situou em 31.2%, excedendo o valor orçamentado em € 879 milhões. Este resultado teve origem em diversos factores, sendo de destacar os seguintes: maior número de declarações com imposto a pagar, elevado crescimento do imposto pago por algumas das maiores empresas, o resultado de algumas medidas anti-abuso, designadamente as relativas à utilização de prejuízos fiscais e uma maior percepção da eficácia inspectiva da DGCI. Este conjunto de factores e medidas traduzem também uma significativa melhoria no cumprimento voluntário por parte dos contribuintes.

A receita dos impostos indirectos registou um crescimento de 4.1%, que se traduz num aumento de € 820 milhões relativamente a 2006, mas cerca de € 301 milhões abaixo do valor inscrito no Orçamento de Estado para 2007. As razões para este desvio estão directamente relacionadas com o comportamento das receitas do imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP) e do imposto sobre o consumo do tabaco (IT).

O ISP, apesar do crescimento da receita em 4.1% relativamente ao registado em 2006, apresenta um desvio negativo de € 226 milhões em relação à previsão inscrita no Orçamento de 2007. Este desvio ficou essencialmente a dever-se à evolução das quantidades consumidas destes produtos, que se situou abaixo do previsto e à decisão da não actualização das taxas do ISP em função da taxa de inflação.

A receita do IT registou um decréscimo de 14.1%, que se traduz numa redução de cerca de € 202 milhões relativamente a 2006, e cerca de € 170 milhões abaixo do valor orçamentado. Tal como tem vindo a ser referido nas edições anteriores, as antecipações na introdução no consumo efectuadas pelos operadores económicos em 2006, tiveram repercussões negativas ao nível da receita registada em 2007.

A receita do IVA atingiu o valor orçamentado, tendo registado um crescimento de 6.4%, que se traduz num aumento de aproximadamente € 790 milhões relativamente a 2006. De realçar que a receita líquida do IVA só não foi maior devido ao valor dos reembolsos pagos em 2007, cujo montante foi muito superior ao valor dos pedidos entrados nesse ano, o que reflecte uma significativa recuperação das situações pendentes.

Salienta-se que se verificou igualmente o pagamento mais célere dos reembolsos, em virtude da agilização e simplificação da respectiva tramitação, submetendo-os a um sistema de análise de risco, baseado no cruzamento de informação declarativa e de controlo existente, decorrente da aplicação do Despacho Normativo n.º 53/2005, de 15 de Dezembro.

A receita do imposto sobre veículos registou um crescimento de 1.8% relativamente a 2006 e cerca de € 47 milhões acima do valor do Orçamento. Quanto à receita dos IABA registou um crescimento de 9.5%, ficando abaixo do valor orçamentado em cerca de € 6 milhões. Este desvio resultou do facto do montante cobrado em sede de “cerveja” ter ficado abaixo do previsto, em virtude da diminuição no consumo deste produto e ainda por uma substituição do consumo de cerveja com maior grau plato, por cerveja com menor grau plato, cuja taxa é menor.

A receita do imposto do Selo registou, em relação ao ano anterior, um crescimento de 6%, o que se traduziu em € 61 milhões acima do valor orçamentado. Para este resultado contribuiu significativamente o crescimento do imposto relativo às operações financeiras e às transmissões gratuitas.

A título de balanço por Direcções Gerais, a receita fiscal cobrada pela DGCI registou um crescimento de 11.1% e a cobrada pela DGAIEC um crescimento de 2%. As justificações anteriormente apresentadas permitem concluir que, em termos gerais, foram cumpridos e largamente ultrapassados os objectivos inicialmente definidos.

Por sua vez, o comportamento da **receita não fiscal** em 2007 foi influenciado, em grande medida, pelas transferências correntes para serviços da administração directa do Estado - com destaque para a parcela que decorre da alteração contabilística ocorrida ao nível do Ministério da Justiça.

Em sentido contrário, de referir que, no ano de 2007, se procedeu a restituições, a favor de Serviços e Fundos Autónomos, de valores contabilizados em 2006, como receita de serviços do subsector Estado, proveniente da alienação de património imobiliário, o que justifica o valor negativo que se registou na “venda de bens de investimento”.

Factores explicativos da variação da despesa do subsector Estado

(Período: Janeiro a Dezembro)	€ Milhões			
	2006	2007	Tvha do período	Contr. p/tvha (em p.p.)
Despesa efectiva	43.065,1	44.455,6	3,2%	3,2
Despesa corrente	39.869,3	41.298,6	3,6%	3,3
Despesas com o pessoal	13.296,5	13.641,1	2,6%	0,8
<i>das quais:</i>				
- Remunerações certas permanentes	8.265,5	8.330,5	0,8%	0,2
- Contribuição financeira CGA	3.040,4	3.291,4	8,3%	0,6
- ADSE - encargos com saúde	937,4	918,0	-2,1%	0,0
(Receitas gerais)	782,2	604,4	-22,7%	-0,4
(Receitas consignadas)	155,2	313,7	102,1%	0,4
Aquisição de bens e serviços correntes	1.165,3	1.331,3	14,2%	0,4
Juros e outros encargos	4.397,4	4.719,9	7,3%	0,7
Transferências correntes do OE	20.076,2	20.681,9	3,0%	1,4
<i>das quais:</i>				
- Transf. Seg. Social (Lei Bases)	5.094,6	5.402,7	6,0%	0,7
- Transf. Fundação Ciência e Tecnologia - Cap. 50	45,2	112,5	149,2%	0,2
- Transferências Administração Local	1.736,6	1.966,5	13,2%	0,5
- Contribuição financeira UE	1.390,1	1.400,4	0,7%	0,0
- Transf. Serviço Nacional Saúde	7.631,9	7.675,0	0,6%	0,1
Subsídios	664,7	656,0	-1,3%	0,0
<i>dos quais:</i>				
- Indemnizações compensatórias	401,5	423,0	5,3%	0,0
- Bonificação de juros - habitação própria	231,1	205,0	-11,3%	-0,1
Outras despesas correntes	269,3	268,4	-0,3%	0,0
Despesas de capital	3.195,8	3.157,1	-1,2%	-0,1

Efeito da alteração contabilística do Ministério da Justiça na despesa do subsector Estado

(Período: Janeiro a Dezembro)	€ Milhões			
	2006	2007	Var.rel. (%)	Contributo em p.p.
Com cobertura em receitas gerais do Estado	40.438,0	41.095,2	1,6	1,5
Com cobertura em receitas consignadas	2.627,2	3.360,4	27,9	1,7
<i>das quais:</i>				
Ministério da Justiça	317,8	661,3	108,1	0,8
Total	43.065,1	44.455,6	3,2	3,2
Total excluindo MJustiça (consignadas)	42.747,4	43.794,3	2,4	

Remunerações certas e permanentes por fontes de financiamento

(Período: Janeiro a Dezembro)	€ Milhões		
	2006	2007	Var.rel. (%)
Com cobertura em receitas gerais do Estado	7.966,2	7.818,4	-1,9
<i>das quais:</i>			
Ministério da Educação	4.831,2	4.733,6	-2,0
Com cobertura em receitas consignadas	299,3	512,1	71,1
<i>das quais:</i>			
Ministério da Justiça	210,5	425,4	102,1
Total	8.265,5	8.330,5	0,8

3. ANÁLISE DA DESPESA

A despesa provisória do subsector Estado relativa ao ano de 2007 situou-se em € 44 455.6 milhões, representando um crescimento de 3.2%. O grau de execução final situou-se em 98.5%.

Como tem vindo a ser referido em edições de meses anteriores, a despesa do subsector Estado em 2007 foi influenciada pela adopção de uma alteração contabilística ao nível do Ministério da Justiça, visando a aplicação dos princípios da unidade, universalidade e do orçamento bruto. Essa alteração traduziu-se na integração, no Orçamento do Estado, da despesa efectuada pelo Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. (serviço integrado) em vencimentos e outros gastos de funcionamento dos serviços de registo das conservatórias. Esta despesa tem como contrapartida receitas arrecadadas pelo Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I.P. (integrado no subsector dos Serviços e Fundos Autónomos).

Do exposto se conclui que a despesa de 2006 e 2007 não é directamente comparável. Se, à despesa de 2007, se excluísse o efeito decorrente da alteração contabilística no Ministério da Justiça, a taxa de crescimento situar-se-ia em 2.4%.

Procedendo à análise da despesa corrente, de referir que o aumento das despesas com pessoal no ano de 2007 resultou, a um nível mais desagregado, da conjugação dos seguintes factores:

- Aumento das “Remunerações certas e permanentes” (0.8%), explicado pelo aumento da despesa com contrapartida em receitas consignadas, decorrente, no essencial, da alteração metodológica ocorrida ao nível do Ministério da Justiça. Com efeito, a componente coberta por receitas gerais do Estado registou um decréscimo de 1.9%, que traduz essencialmente a redução desta rubrica da despesa ao nível do Ministério da Educação.

- Aumento dos encargos associados ao financiamento do sistema de segurança social da Administração Pública, explicado pelo acréscimo da contribuição financeira para a CGA, que registou um crescimento de 8.3%. De salientar, no que diz respeito aos encargos com saúde suportados pela ADSE no ano de 2007, que se registou uma redução face à execução de 2006 e que se alterou, em 2007, a estrutura de financiamento deste subsistema de saúde, em resultado do aumento do desconto dos funcionários no activo para a ADSE de 1 para 1.5% e a aplicação

de uma taxa de 1 por cento às pensões de aposentação e reforma dos beneficiários titulares¹.

O crescimento da despesa com a aquisição de bens e serviços correntes é justificado, sobretudo, pela parte que tem contrapartida em receitas consignadas. A despesa coberta por receitas gerais registou um acréscimo de 2.8%, em larga medida associado à despesa do Ministério dos Negócios Estrangeiros no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia. Caso se excluísse esta componente da despesa, a parte coberta por receitas gerais registaria um decréscimo de 2.7%.

Os juros e outros encargos registaram, em 2007, um crescimento de 7.3%, inferior ao implícito no Orçamento, em resultado da redução das necessidades de financiamento associada ao menor défice da execução orçamental.

No que se refere à evolução das “transferências correntes”, deve salientar-se, relativamente aos vários sectores institucionais, o seguinte:

- Administração Central - o ligeiro decréscimo (-0.7%) reflecte a redução das transferências, no âmbito dos Investimentos do Plano, para o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., parcialmente compensada pelo aumento das transferências para a Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. (FCT) para concretização de projectos na área da ciência, investigação, desenvolvimento e capital humano;
- Administração Local - o crescimento de 13.2% das transferências correntes traduz o incremento das transferências no âmbito da Lei de Finanças Locais, decorrente da recomposição da natureza corrente e de capital dos fundos transferidos ao abrigo daquele diploma; e o acréscimo das transferências das direcções regionais do Ministério da Educação, no âmbito da transferência de competências para as autarquias de funções de planeamento e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico;
- Segurança Social - a variação de 6.1% reflecte, no essencial, o aumento das transferências quer no âmbito do cumprimento da lei de bases da segurança social, quer no âmbito do regime de consignação de IVA previsto na Lei n.º 39/2005, de 24 de Junho.

Os subsídios registaram um decréscimo de 1.3%, que resultou da conjugação do aumento das indemnizações compensatórias atribuídas pela prestação de serviço público e da redução dos

Aquisição de bens e serviços correntes por fontes de financiamento

(Período: Janeiro a Dezembro)	€ Milhões		
	2006	2007	Var.rel. (%)
Com cobertura em receitas gerais do Estado	747,3	768,1	2,8
<i>das quais:</i>			
MNE - Presidência Portuguesa da UE	0,9	42,0	-
Com cobertura em receitas consignadas	418,0	563,2	34,7
<i>das quais:</i>			
Ministério da Justiça	62,3	143,0	129,4
Total	1.165,3	1.331,3	14,2

¹ Com pensões iguais ou superiores a uma vez e meia a retribuição mínima garantida.

pagamentos relativos a bonificação de juros à aquisição de habitação.

O decréscimo da **despesa de capital** está influenciado pela recomposição das transferências para as autarquias como referido a propósito do crescimento das transferências correntes para este subsector. Excluindo esta variação, as despesas de capital registariam um aumento de 5.3%.

II - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SEGURANÇA SOCIAL - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007 ²

1. INTRODUÇÃO

A receita total do período em análise, incluindo o saldo de anos anteriores no valor de € 1 210 milhões, evidencia um acréscimo de 4.8% em relação ao período homólogo de 2006 e a despesa total um acréscimo de 4% em relação ao mesmo período.

A receita efectiva regista um acréscimo de 4.4% enquanto que a despesa efectiva evidencia um acréscimo de 2.3% quando comparadas com os valores registados no período homólogo de 2006.

O comportamento da receita está condicionado, nomeadamente, pela evolução das contribuições que, representando 61% da receita efectiva, evidenciam um acréscimo de 6.5% relativamente ao período homólogo de 2006 e pelas transferências correntes obtidas que representam 32.6% da receita efectiva.

O acréscimo de 2.3% na despesa efectiva, relativamente ao valor registado no período homólogo de 2006, decorre do agravamento de 6.1% nas pensões e de um decréscimo de 26.3% nos subsídios a acções de formação profissional.

A execução orçamental no período em análise gerou um saldo orçamental na óptica da contabilidade pública de € 1 147.5 milhões, reflectindo um acréscimo de € 431.7 milhões face ao valor obtido em igual período de 2006.

Saldo da gerência anterior – saldo orçamental 2007

Subsistema / sistema	Saldo inicial	1.ª	2.ª	3.ª integração	4.ª integração	Saldo Corrigido
		integração saldos - Despacho SESS 7.03.2007	integração saldos - Despacho SESS 27.04.2007	saldos - Despachos SESS 26.04.2007 e SEAO 27.06.2007	saldos - SESS 29.11.2007	
Solidariedade	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Prot. Familiar e Políticas	150,0	0,0	0,0	43,1	0,0	193,1
Activas Emprego e Form.	0,0	410,5	2,5	2,9	91,3	507,3
Ação Social	0,0	0,0	49,8	15,9	0,0	65,7
Capitalização	0,0	0,0	444,0	0,0	0,0	444,0
Total	150,0	410,5	496,3	61,9	91,3	1.210,0

Fonte: Instituto Gestão Financeira Segurança Social, IP
Nota: Foram efectuadas correcções pontuais aos saldos aprovados de forma a integrar efectivamente o valor dos saldos apurados em sede de encerramento da C.S.S. 2006.

² Relatório elaborado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS).

2. ANÁLISE DA RECEITA

A receita efectiva atingiu no período em análise € 20 273 milhões, denotando, em relação ao período homólogo do ano anterior, um acréscimo de 4.4%.

Para o referido resultado contribuíram, nomeadamente:

- Receita de Contribuições - As contribuições e quotizações cobrados no período de Janeiro a Dezembro de 2007 situam-se em € 12 372 milhões, representando 61% da receita efectiva do Sistema de Segurança Social e evidenciando um acréscimo de 6.5% relativamente a igual período de 2006.

- Receita do IVA Social - O montante recebido de IVA Social para financiamento do Subsistema de Protecção Familiar e Políticas Activas de Emprego e Formação Profissional apresenta um nível de execução de 100%, evidenciando um acréscimo de 4% face ao período homólogo de 2006.

- Transferências Correntes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - As transferências do MTSS para cobertura financeira das despesas do Subsistema de Solidariedade, do Subsistema de Protecção Familiar e Políticas Activas de Emprego e Formação Profissional e do Sistema de Acção Social atingiram € 5 870.7 milhões, excedendo em 5.8% o valor recebido em igual período do ano anterior.

- Outras receitas correntes - Incluem as transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no valor de € 184.9 milhões, que acusam um decréscimo de 2.1% relativamente ao período homólogo. Importa contudo referir que no montante registado como receita orçamental no período de Janeiro a Dezembro de 2007 estão incluídos € 1.6 milhões de receitas afectas ao Fundo de Socorro Social relativas a valor cobrado em Dezembro de 2006.

- Receitas de capital - Incluem as transferências de capital - PIDDAC/OE e FEDER, que atingiram o montante de € 19.2 milhões no período em análise, representando um decréscimo de 15.3% em relação ao período homólogo de 2006.

3. ANÁLISE DA DESPESA

A despesa global efectiva atingiu no período de Janeiro a Dezembro de 2007 o montante de € 19 125.5 milhões,

Subsistema de Protecção Familiar e Políticas Activas de Emprego e Formação Profissional

	Previsão receita	Duodécimos vencidos	Janeyro a Dezembro de 2007	Diferença	€ milhões Grau execução relativament e OSS/2007 (%)
IVA Social - Lei 39-B/1994, de 27 de Dezembro	658,3	658,3	658,3	-0,020	100,0

Fonte: Instituto Gestão Financeira Segurança Social, IP

representando, em relação a idêntico período de 2006, um acréscimo de 2.3%.

Para o supracitado comportamento da despesa, há a referir o seguinte:

- Pensões - a execução orçamental desta rubrica evidencia uma despesa de € 12 116.4 milhões que corresponde a 98.6% do valor orçamentado, reflectindo um crescimento de 6.1% face ao período homólogo do ano anterior e representando 63.4% da despesa efectiva total.

- Subsídios de desemprego e social de desemprego e apoios ao emprego - no período de Janeiro a Dezembro de 2007 a despesa registada com o subsídio de desemprego, social de desemprego e apoios ao emprego atingiu o montante de € 1 688.7 milhões, representando 8.8% da despesa efectiva e 9.5% da despesa corrente realizada, correspondente a uma execução orçamental de 88.6%. A despesa realizada no período em análise evidencia ainda um decréscimo de 8.1% relativamente a igual período de 2006, sendo que na prestação de “Subsídio de desemprego” o decréscimo registado é de 12.8% enquanto que o “Subsídio social de desemprego” sofreu um acréscimo de 1.4%.

- Abono de Família - atingiu no período em análise o montante de € 664.6 milhões, no que absorve 3.5% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um acréscimo de 5.7% em relação a igual período de 2006 e executando 98.3% do valor orçamentado.

- Subsídio e complemento de doença - no montante de € 445.6 milhões, representando 2.3% da despesa efectiva do Sistema, apresentam um decréscimo de 2.6% em relação a igual período de 2006, o que traduz um grau de execução orçamental de 94.7%.

- Rendimento Social de Inserção - atingiu o montante de € 370.7 milhões, absorvendo 1.9% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um acréscimo de 10.6% relativamente ao mesmo período de 2006 e executando 99.3% do valor orçamentado.

- Acção Social - A despesa com as prestações de Acção Social ascende ao montante de € 1 399.4 milhões, isto é 7.3% da despesa efectiva do Sistema, apresentando um nível de execução de 85.7%, revelando, em relação a igual período de 2006, um decréscimo nominal de 1.1%.

- Subsídios a Acções de formação profissional - no total de € 698.9 milhões, evidenciam um decréscimo de 26.3% relativamente a igual período do ano transacto. De referir que estas acções de formação profissional são cofinanciadas pelo FSE, apresentando, nesta componente, um decréscimo de 24.3% face a igual período do ano transacto, enquanto que na componente pública nacional o decréscimo é da ordem dos 32.7%.

- PIDDAC/OSS, OE e FEDER - no período de Janeiro a Dezembro de 2007 atingiu o montante de € 35.1 milhões, apresentando no seu conjunto um decréscimo de 12.4%, em relação a 2006.

4. ÓPTICA DO FINANCIAMENTO - SALDO ORÇAMENTAL

O saldo da execução do orçamento, na óptica da Contabilidade Pública, no período de Janeiro a Dezembro de 2007, no valor de € 1 147.5 milhões, apresenta o desdobramento por Subsistemas indicado no quadro.

Saldo de execução orçamental da Segurança Social por subsistemas

	€ milhões
Saldo por subsistemas de Segurança Social	
Subsistema Previdencial	280,8
Subsistema de Solidariedade	83,8
Subsistema Prot. Família e Políticas Activas de Emprego e Formação Profissional	600,5
Sistema de Acção Social	182,5
Saldo global	1.147,5

Fonte: Instituto Gestão Financeira Segurança Social, IP

Relativamente ao saldo gerado no Subsistema Previdencial, constata-se um aumento de € 378.9 milhões relativamente a igual período do ano anterior, sendo que para tal concorreu o crescimento da receita efectiva (+7.4%) - contribuições, juros de mora, rendimentos, etc. - mais elevado do que o verificado na despesa efectiva (+3.8%) - prestações substitutivas do trabalho / Regime Geral da Segurança Social.

Desagregação do saldo do subsistema previdencial

	€ milhões	
Saldo subsistema previdencial	Janeiro a Dezembro de 2007	Variação homóloga
Saldo Subsistema Previdencial – Repartição	-105,2	208,6
Saldo Subsistema Previdencial – Capitalização	386,0	170,3
Total	280,8	378,9

Fonte: Instituto Gestão Financeira Segurança Social, IP

Contudo, importa ainda ter em atenção que o saldo do Subsistema Previdencial se desdobra nas componentes de repartição e de capitalização, sendo que o saldo do Subsistema Previdencial - Repartição, no montante de € -105.2 milhões, acusa um acréscimo de € 208.6 milhões relativamente a igual período de 2006.

Relativamente ao saldo apurado no Subsistema Previdencial - Capitalização, no montante de € 386 milhões, constata-se um aumento de € 170.3 milhões relativamente a igual período de 2006.

No que se refere ao Subsistema de Solidariedade, o saldo orçamental observado no período em análise é de € 83.8 milhões apresentando um acréscimo relativamente ao mesmo período de 2006, sendo que para tal contribuiu o acréscimo de 8.7% na receita efectiva mais elevado que o crescimento de 4.4% da

despesa efectiva relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao Subsistema de Protecção Familiar e Políticas Activas de Emprego e Formação Profissional o saldo orçamental apurado é de € 600.5 milhões; a receita efectiva evidencia um decréscimo de 6.9% e a despesa efectiva um desagramento de 3.3%, relativamente a igual período de 2006.

O saldo apurado em € 182.5 milhões no Sistema de Acção Social resulta de um crescimento de 3.7% na receita efectiva e de um desagramento de 1.9% na despesa efectiva relativamente a igual período de 2006.

Anexos

Quadro 1. Execução orçamental do subsector Estado
(Período: Janeiro a Dezembro)

€ Milhões			
	2006	2007	Tvha (%)
Receitas correntes	35.429,9	38.656,0	9,1
Receitas fiscais	32.626,7	35.614,2	9,2
Impostos directos	12.610,5	14.778,2	17,2
Impostos indirectos	20.016,2	20.836,0	4,1
Outras receitas correntes	2.803,2	3.041,8	8,5
Despesas correntes	39.869,3	41.298,6	3,6
Despesas com o pessoal	13.296,5	13.641,1	2,6
Aquisição de bens e serviços correntes	1.165,3	1.331,3	14,2
Juros e outros encargos	4.397,4	4.719,9	7,3
Transferências correntes	20.076,2	20.681,9	3,0
Administrações Públicas	17.651,9	18.151,0	2,8
Outras	2.424,3	2.530,9	4,4
Subsídios	664,7	656,0	-1,3
Outras despesas correntes	269,3	268,4	-0,3
Receitas de capital	495,4	563,9	13,8
Despesas de capital	3.195,8	3.157,1	-1,2
Investimento	516,3	678,5	31,4
Transferências de capital	2.658,7	2.458,5	-7,5
Administrações Públicas	1.862,5	1.886,2	1,3
Outras	796,2	572,4	-28,1
Outras despesas de capital	20,8	20,0	-3,9
Saldo global	-7.139,8	-5.235,7	
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-4.439,4	-2.642,6	
Saldo de capital	-2.700,4	-2.593,2	
Saldo primário	-2.742,5	-515,8	
Activos financeiros líquidos de reembolsos	350,9	178,4	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Quadro 2. Receita do subsector Estado
(Período: Janeiro a Dezembro)

€ Milhões

	2006	Grau exec. (%)	2007	Grau exec. (%)	Tvha (%)
Receitas fiscais	32.626,7	100,6	35.614,2	103,1	9,2
Impostos Directos	12.610,5	103,9	14.778,2	110,1	17,2
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	8.233,3	99,4	9.073,8	105,5	10,2
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	4.333,0	113,1	5.683,7	118,3	31,2
Outros	44,2	176,8	20,7	138,0	-53,2
Impostos Indirectos	20.016,2	98,7	20.836,0	98,6	4,1
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	3.045,1	92,7	3.169,4	93,4	4,1
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	12.401,1	98,5	13.190,8	100,0	6,4
Imposto sobre Veículos (*)	1.166,0	97,2	1.186,7	104,1	1,8
Imposto de consumo sobre o tabaco	1.426,4	107,7	1.224,7	87,8	-14,1
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	184,1	90,0	201,5	97,3	9,5
Imposto do selo	1.632,9	107,1	1.731,2	103,7	6,0
Outros	160,6	103,3	131,7	94,1	-18,0
Receitas não fiscais	3.298,6	124,6	3.605,7	111,6	9,3
Correntes	2.803,2	129,4	3.041,8	110,1	8,5
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE	102,7	102,3	163,0	76,0	58,7
Comparticipações para a ADSE	102,7	102,3	163,0	76,0	58,7
Taxas, Multas e Outras Penalidades	651,1	147,6	461,2	80,6	-29,2
Taxas	170,1	69,2	175,3	75,0	3,1
Juros de mora e compensatórios	356,4	646,8	124,5	63,8	-65,1
Multas do Código da Estrada	66,6	82,3	75,2	108,2	12,9
Outras multas e penalidades diversas	58,0	97,8	86,2	117,3	48,6
Rendimentos da Propriedade	605,0	160,1	581,8	186,1	-3,8
Juros	68,4	266,1	21,0	179,5	-69,3
Dividendos e participações nos lucros	535,6	154,0	559,7	188,9	4,5
Outros	1,0	23,3	1,1	23,9	10,0
Transferências Correntes	669,2	101,3	987,7	96,3	47,6
Administrações públicas	526,3	101,3	854,5	95,6	62,4
Exterior	119,1	96,9	121,7	102,9	2,2
Outras	23,8	133,0	11,5	85,8	-51,7
Venda de Bens e Serviços Correntes	424,9	110,1	430,5	105,0	1,3
Outras Receitas Correntes	27,2	95,4	59,5	157,0	118,8
Prémios e taxas por garantias de riscos	22,2	194,7	30,2	124,8	36,0
Outros	5,0	29,2	29,3	213,9	486,0
Recursos Próprios Comunitários	158,9	108,5	186,3	114,9	17,2
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	164,2	651,6	171,8	615,8	4,6
Capital	495,4	103,0	563,9	120,3	13,8
Venda de Bens de Investimento	178,4	59,6	-47,5	-	-
Transferências de Capital	120,9	66,8	132,8	100,5	9,8
Administrações públicas	61,0	423,6	77,7	166,4	27,4
Exterior	58,6	35,2	54,0	63,2	-7,8
Outras	1,3	-	1,1	-	-15,4
Saldo da Gerência Anterior	179,6	-	258,5	1.723,3	43,9
Outras Receitas de Capital	16,5	2.357,1	220,1	15.721,4	1.233,9
Receita efectiva	35.925,3	102,4	39.219,9	103,8	9,2

Por memória:

Activos Financeiros	1.541,2	1.466,5
Alienação de partes sociais das empresas	1.505,4	1.400,3
Outros activos	35,8	66,2

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

(*) - Os valores de 2006 referem-se ao Imposto Automóvel (IA) e os valores de 2007 são do IA até Julho e de Imposto sobre Veículos a partir de Agosto.

Nota: Os valores do conjunto das receitas fiscais, do artigo “Comparticipações para a ADSE” e do capítulo “Taxas, multas e outras penalidades”, para 2007, são fornecidos pela SEAF. A distribuição dos valores deste último capítulo, em 2007, é efectuada proporcionalmente aos valores registados no SCR. As outras receitas não fiscais em 2007, com excepção do capítulo “Recursos próprios comunitários”, são meras estimativas, que tiveram também em conta a informação disponibilizada no SCR pela DGT e as cobranças efectuadas nos serviços locais de finanças até Novembro. As receitas para 2006 são as que constam do SCR e são valores definitivos. Cobrança líquida em Dezembro inferior à de Novembro é resultado de estorno e/ou restituição.

Quadro 3. Despesa do subsector Estado, por classificação económica
(Período: Janeiro a Dezembro)

	€ Milhões					<i>Por memória:</i> Despesas anos anteriores	
	2006	Grau execução (%)	2007	Grau execução (%)	Tvha (%)	2006	2007
Despesas correntes	39.869,3	98,6	41.298,6	98,7	3,6	202,2	139,0
Despesas com o pessoal	13.296,5	98,9	13.641,1	99,2	2,6	167,6	94,5
Remunerações Certas e Permanentes	8.265,5	98,5	8.330,5	99,0	0,8	8,5	8,0
Abonos Variáveis ou Eventuais	427,2	96,3	454,4	96,8	6,4	5,9	4,5
Segurança Social	4.603,8	99,9	4.856,2	99,8	5,5	153,2	82,0
Aquisição de bens e serviços correntes	1.165,3	88,8	1.331,3	87,2	14,2	21,8	28,6
Juros e outros encargos	4.397,4	99,9	4.719,9	99,2	7,3	0,0	0,1
Transferências correntes	20.076,2	99,5	20.681,9	99,2	3,0	11,9	15,4
Administrações Públicas	17.651,9	99,6	18.151,0	99,5	2,8	7,3	10,0
Administração Central	10.356,4	99,5	10.285,0	99,3	-0,7	1,8	0,5
Administração Regional	0,1	100,0	0,0	9,5	-84,1		
Administração Local	1.736,6	99,7	1.966,5	99,8	13,2	4,4	9,1
Segurança Social	5.558,8	99,9	5.899,5	99,8	6,1	1,1	0,5
Outras transferências correntes	2.424,3	98,5	2.530,9	97,2	4,4	4,6	5,4
Subsídios	664,7	86,7	656,0	98,1	-1,3	0,1	0,0
Outras despesas correntes	269,3	78,5	268,4	95,3	-0,3	0,7	0,5
Despesa corrente primária	35.471,9	98,4	36.578,7	98,7	3,1	202,2	139,0
Despesa de capital	3.195,8	91,0	3.157,1	95,3	-1,2	17,2	34,1
Investimento	516,3	74,6	678,5	86,6	31,4	15,7	31,5
Transferências de capital	2.658,7	96,4	2.458,5	98,1	-7,5	1,5	2,6
Administrações Públicas	1.862,5	96,8	1.886,2	98,5	1,3	1,4	2,4
Administração Central	476,6	92,5	545,0	99,1	14,4		
Administração Regional	400,4	96,5	563,4	100,0	40,7		
Administração Local	970,8	99,5	764,1	100,0	-21,3	1,4	2,4
Segurança Social	14,8	78,6	13,7	36,5	-7,3		
Outras transferências de capital	796,2	95,7	572,4	96,7	-28,1	0,1	0,2
Outras despesas de capital	20,8	32,4	20,0	89,4	-3,9	0,0	0,0
Despesa efectiva	43.065,1	98,0	44.455,6	98,5	3,2	219,4	173,1
<i>Por memória:</i>							
Activos financeiros	386,7		244,6				
Passivos financeiros	49.755,0		85.975,2				
Transferência para o Fundo Regularização da Dívida Pública	1.505,4		1.400,3				

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Quadro 4. - Despesa do subsector Estado, por classificação funcional
(Período: Janeiro a Dezembro)

	€ Milhões			
	2006	Estrutura (%)	2007	Estrutura (%)
Funções Gerais de Soberania	5.702,0	13,2	6.358,7	14,3
Serviços Gerais da Administração Pública	1.683,1	3,9	1.886,2	4,2
Defesa Nacional	1.682,5	3,9	1.847,0	4,2
Segurança e Ordem Públicas	2.336,5	5,4	2.625,5	5,9
Funções Sociais	26.581,0	61,7	27.037,3	60,8
Educação	7.263,4	16,9	7.233,2	16,3
Saúde	8.989,4	20,9	8.979,6	20,2
Segurança e Acção Sociais	9.372,8	21,8	9.949,3	22,4
Habitação e Serviços Colectivos	537,6	1,2	477,6	1,1
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	417,8	1,0	397,6	0,9
Funções Económicas	1.899,9	4,4	1.663,9	3,7
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	565,9	1,3	518,7	1,2
Indústria e Energia	0,0	0,0	0,0	0,0
Transportes e Comunicações	1.065,8	2,5	941,1	2,1
Comércio e Turismo	28,0	0,1	14,3	0,0
Outras Funções Económicas	240,1	0,6	189,8	0,4
Outras Funções	8.882,3	20,6	9.395,7	21,1
Operações da Dívida Pública	4.396,6	10,2	4.719,1	10,6
Transferências entre Administrações Públicas	4.485,7	10,4	4.676,6	10,5
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efectiva	43.065,1	100,0	44.455,6	100,0
<i>Por memória:</i>				
Activos financeiros	386,7		244,6	
Funções Gerais de Soberania	122,0		94,6	
Funções Sociais	264,8		150,0	
Funções Económicas	0,0		0,0	
Passivos financeiros e transferência FRDP				
Outras funções	51.260,4		87.375,5	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Quadro 5. - Despesa do subsector Estado, por Ministérios e classificação económica
(Período: Janeiro a Dezembro de 2007)

€ Milhões

	Encargos Gerais do Estado	Administração Interna	Negócios Estrangeiros	Finanças e da Administração Pública	Defesa Nacional	Justiça	Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional	Economia e Inovação	Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Solidariedade Social	Saúde	Educação	Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Cultura	TOTAL
Despesas correntes	2.088,9	1.539,2	368,5	12.745,2	1.670,0	1.130,6	145,2	117,0	287,7	106,9	5.944,1	7.770,9	5.924,6	1.322,4	137,2	41.298,6
Despesas com o pessoal	95,7	1.293,6	172,8	4.693,6	1.192,5	921,4	35,0	55,9	142,4	18,5	44,6	53,6	4.861,4	9,7	50,3	13.641,1
Remunerações Certas e Permanentes	82,5	1.017,6	110,0	391,1	775,9	840,9	32,7	49,5	134,5	17,4	41,9	46,1	4.735,4	9,0	46,1	8.330,5
Abonos Variáveis ou Eventuais	5,2	36,5	58,6	87,8	130,5	74,8	1,5	3,2	5,3	0,6	1,7	1,9	44,1	0,5	2,2	454,4
Segurança Social	8,0	239,5	4,3	4.214,7	286,1	5,8	0,8	3,1	2,7	0,5	1,0	5,6	81,9	0,2	2,0	4.856,2
Aquisição de bens e serviços correntes	38,6	164,5	89,3	157,3	429,4	202,4	25,3	17,8	49,9	8,1	14,8	36,4	65,8	5,6	26,2	1.331,3
Aquisição de bens	2,7	55,8	4,3	18,8	173,5	62,1	1,8	2,9	6,9	0,6	1,5	3,2	35,8	0,3	3,4	373,6
Aquisição de serviços	35,9	108,7	85,0	138,4	255,9	140,3	23,5	14,9	43,0	7,5	13,3	33,2	30,0	5,2	22,8	957,7
Juros e outros encargos		0,0	0,6	4.719,2		0,0		0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		0,0	4.719,9
Transferências correntes	1.943,4	75,2	83,0	2.539,8	43,0	6,4	84,9	42,7	87,0	80,3	5.884,5	7.681,0	764,4	1.307,1	59,2	20.681,9
Administrações Públicas	1.926,8	49,9	2,1	823,7	26,5	2,9	81,8	39,0	80,2	23,1	5.880,4	7.676,0	297,2	1.230,4	11,0	18.151,0
Administração Central	142,2	42,6	2,1	802,3	24,2	2,9	78,6	39,0	80,1	23,1	6,1	7.676,0	124,5	1.230,4	10,8	10.285,0
Administração Regional	0,0	0,0														0,0
Administração Local	1.784,7	7,3					1,7	0,0	0,1				172,7		0,1	1.966,5
Segurança Social				21,4	2,3		1,6				5.874,3					5.899,5
Outras transferências correntes	16,6	25,3	80,9	1.716,1	16,6	3,5	3,1	3,6	6,8	57,2	4,1	5,0	467,2	76,7	48,2	2.530,9
Subsídios	9,7		4,0	632,4	0,0			0,6	7,9		0,2	0,0			1,1	656,0
Outras despesas correntes	1,3	5,9	18,9	2,9	5,1	0,4	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	233,0	0,0	0,3	268,4
Despesas de capital	1.340,3	62,6	11,6	34,8	350,2	46,5	68,5	47,5	165,8	613,6	17,0	35,5	98,3	240,2	24,8	3.157,1
Investimento	8,2	56,9	9,1	34,6	349,7	37,2	21,1	4,6	69,8	1,7	3,3	4,4	70,1	0,8	7,0	678,5
Transferências de capital	1.332,1	5,7	2,5	0,3	0,4	9,3	47,4	42,9	95,9	611,9	13,7	31,1	8,1	239,4	17,8	2.458,5
Administrações Públicas	1.321,5	2,6	0,8	0,3	0,4	9,3	43,0	42,9	95,3	61,3	13,7	31,1	8,1	239,4	16,4	1.886,2
Administração Central	13,0	2,1	0,8	0,3	0,4	9,3	36,3	42,7	95,2	55,6		31,1	6,4	239,4	12,4	545,0
Administração Regional	563,4															563,4
Administração Local	745,1	0,5					6,7	0,2	0,1	5,7			1,7		4,1	764,1
Segurança Social											13,7					13,7
Outras transferências de capital	10,6	3,1	1,7				4,4		0,7	550,5			0,0	0,0	1,3	572,4
Outras despesas de capital									0,0				20,0			20,0
Despesa efectiva	3.429,1	1.601,8	380,1	12.780,0	2.020,2	1.177,1	213,8	164,5	453,5	720,6	5.961,1	7.806,4	6.022,9	1.562,5	161,9	44.455,6
<i>Por memória:</i>																
Activos financeiros	0,0			244,4							0,0				0,2	244,6
Passivos financeiros				85.975,2												85.975,2
Transferência para o Fundo Regularização Dívida Pública				1.400,3												1.400,3

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

**Quadro 6.A Execução orçamental da Segurança Social
(Período: Janeiro a Dezembro)**

€ Milhões

	2006	2007	Tvha (%)
Receitas correntes	19.383,2	20.219,6	4,3
Contribuições e quotizações	11.614,4	12.372,0	6,5
Adicional ao IVA	633,0	658,3	4,0
Transferências correntes da Administração Central	5.713,9	6.020,7	5,4
Transferências do Fundo Social Europeu	791,4	400,9	-49,3
Outras receitas correntes	630,5	767,7	21,8
Receitas de capital	34,4	53,5	55,3
Transferências do Orçamento de Estado	14,8	13,3	-9,8
Outras receitas capital	19,6	40,1	104,3
Despesas correntes	18.627,8	19.069,2	2,4
Pensões	11.423,4	12.116,4	6,1
Sobrevivência	1.643,4	1.737,8	5,7
Invalidez	1.377,4	1.433,0	4,0
Velhice	8.402,6	8.945,6	6,5
Subsídio familiar a crianças e jovens	628,9	664,6	5,7
Subsídio por doença	457,6	445,6	-2,6
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	1.837,7	1.688,7	-8,1
Outras prestações	579,4	663,1	14,5
Acção social	1.415,0	1.399,4	-1,1
Rendimento Social de Inserção	335,2	370,7	10,6
Administração	400,5	390,6	-2,5
Outras despesas correntes	601,7	631,2	4,9
<i>das quais:</i>			
Transferências e subsídios correntes	599,9	629,9	5,0
Acções de Formação Profissional	948,4	698,9	-26,3
<i>das quais:</i>			
Com suporte no Fundo Social Europeu	718,2	543,6	-24,3
Despesas de capital	74,0	56,3	-24,0
PIDDAC	40,1	35,1	-12,4
Outras	33,9	21,2	-37,7
Saldo global	715,8	1.147,5	
<i>Por memória:</i>			
Activos financeiros líquidos de reembolsos	330,0	770,1	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	
Poupança (+) /Utilização (-) de saldo da gerência anterior	385,8	377,5	

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

Nota: Os dados referentes a 2007 foram fornecidos pelas Instituições da Segurança Social, sendo provisórios.

Quadro 6.B Execução orçamental da Segurança Social
(Período: Janeiro a Novembro)

€ Milhões

	2006	2007	Tvha (%)
Receitas correntes	17.348,1	18.209,1	5,0
Contribuições e quotizações	10.395,6	11.055,8	6,4
Adicional ao IVA	580,2	603,4	4,0
Transferências correntes da Administração Central	5.134,9	5.436,4	5,9
Transferências do Fundo Social Europeu	647,6	390,3	-39,7
Outras receitas correntes	589,7	723,2	22,6
Receitas de capital	29,3	52,4	78,6
Transferências do Orçamento de Estado	14,1	13,3	-5,5
Outras receitas capital	15,2	39,1	156,2
Despesas correntes	16.370,6	16.774,3	2,5
Pensões	9.755,5	10.389,5	6,5
Sobrevivência	1.402,8	1.489,4	6,2
Invalidez	1.179,1	1.233,7	4,6
Velhice	7.173,7	7.666,4	6,9
Subsídio familiar a crianças e jovens	578,1	601,8	4,1
Subsídio por doença	424,1	416,7	-1,8
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	1.681,9	1.553,7	-7,6
Outras prestações	531,8	609,2	14,5
Ação social	1.287,3	1.270,4	-1,3
Rendimento Social de Inserção	307,3	338,6	10,2
Administração	348,2	357,0	2,5
Outras despesas correntes	554,5	579,9	4,6
das quais:			
Transferências e subsídios correntes	552,8	578,7	4,7
Acções de Formação Profissional	901,8	657,6	-27,1
das quais:			
Com suporte no Fundo Social Europeu	679,2	510,0	-24,9
Despesas de capital	44,1	37,7	-14,6
PIDDAC	23,5	23,5	0,1
Outras	20,6	14,2	-31,3
Saldo global	962,7	1.449,6	
<i>Por memória:</i>			
Activos financeiros líquidos de reembolsos	329,8	620,6	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	
Poupança (+) /Utilização (-) de saldo da gerência anterior	632,9	828,9	

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

Nota: Os dados referentes a 2007 foram fornecidos pelas Instituições da Segurança Social, sendo provisórios.

Quadro 7.A Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações
(Período: Janeiro a Dezembro)

€ Milhões

	2006	Grau execução (%)	2007	Grau execução (%)	Tvha (%)
Receitas correntes	6.555,8	98,2	7.111,1	98,1	8,5
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	5.618,1	99,8	6.112,2	99,2	8,8
Quotas de subscritores	1.482,2	99,6	1.473,0	99,6	-0,6
Comparticipação do Orçamento do Estado	3.040,4	100,0	3.291,4	100,0	8,3
Administrações Públicas	489,3	99,0	535,6	93,1	9,5
Contribuições de entidades	606,3	99,8	812,2	99,7	34,0
Transferências correntes	858,4	95,0	895,3	94,1	4,3
Orçamento do Estado	711,3	94,8	695,4	94,4	-2,2
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	153,7	99,6	157,9	99,8	2,7
Subvenções vitalícias	7,7	100,0	7,9	100,0	2,6
Pensões de preço de sangue	33,4	97,8	32,6	95,5	-2,7
Outras transferências do OE	31,0	99,7	30,4	98,2	-1,8
Adicional ao IVA	485,5	92,8	466,7	92,3	-3,9
Outras transferências correntes	147,1	96,3	199,9	93,0	35,9
Outras receitas correntes	79,2	56,4	103,7	74,2	30,8
Receitas de capital	29,3	98,5	9,2	89,6	-68,5
Despesas correntes	6.851,6	99,6	7.264,5	99,2	6,0
Despesas com pessoal	6,5	99,8	6,7	99,9	4,5
Aquisição de bens e serviços correntes	24,6	87,4	28,5	82,1	16,1
Juros e outros encargos	0,1	63,6	0,9	85,7	514,3
Transferências correntes	6.819,6	99,6	7.227,5	99,3	6,0
Pensões e abonos da responsabilidade de:	6.817,8		7.226,0		
Caixa Geral de Aposentações	5.883,9	99,6	6.340,3	99,4	7,8
Orçamento do Estado	225,8	99,3	228,8	99,0	1,3
Outras entidades	708,0	99,8	657,0	98,9	-7,2
Outras transferências correntes	1,8	93,4	1,4	52,0	-20,4
Outras despesas correntes	0,9	73,7	0,9	67,9	8,9
Despesas de capital	0,0	-	0,0	-	-
Saldo global	-266,5		-144,2		
<i>Por memória:</i>					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-196,7		-211,6		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0		0,0		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-69,9		67,4		

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Nota: Da revogação do regime de imputação de encargos com pensões do pessoal da Justiça, com efeitos retroagidos a 2007.01.01 resultou, no mês de Dezembro, uma transferência de € 94 milhões entre as rubricas de despesa com pensões “outras entidades” e “CGA”.

Quadro 7.B Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações
(Período: Janeiro a Novembro)

€ Milhões

	2006	Grau execução (%)	2007	Grau execução (%)	Tvha (%)
Receitas correntes	6.129,6	91,8	6.587,0	90,8	7,5
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	5.300,6	94,1	5.703,2	92,6	7,6
Quotas de subscritores	1.314,5	88,3	1.288,0	87,1	-2,0
Comparticipação do Orçamento do Estado	3.015,0	99,2	3.230,0	98,1	7,1
Administrações Públicas	448,1	90,7	498,0	86,6	11,1
Contribuições de entidades	523,0	86,1	687,2	84,3	31,4
Transferências correntes	755,6	83,6	786,3	82,6	4,1
Orçamento do Estado	620,4	82,7	601,2	81,6	-3,1
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	143,0	92,6	146,6	92,7	2,5
Subvenções vitalícias	7,0	91,6	7,2	91,5	2,6
Pensões de preço de sangue	31,1	90,9	30,4	89,0	-2,4
Outras transferências do OE	28,7	92,4	28,3	91,4	-1,4
Adicional ao IVA	410,5	78,5	388,7	76,9	-5,3
Outras transferências correntes	135,2	88,5	185,1	86,1	36,9
Outras receitas correntes	73,4	52,2	97,5	69,8	32,8
Receitas de capital	17,3	58,1	0,1	0,5	-99,7
Despesas correntes	6.332,4	92,0	6.733,7	92,0	6,3
Despesas com pessoal	6,3	97,1	6,3	92,8	-0,4
Aquisição de bens e serviços correntes	22,8	81,1	25,8	74,3	13,2
Juros e outros encargos	0,1	46,1	0,9	83,9	730,8
Transferências correntes	6.302,3	92,1	6.700,0	92,1	6,3
Pensões e abonos da responsabilidade de:	6.300,8		6.698,6		
Caixa Geral de Aposentações	5.445,8	92,2	5.788,5	90,7	6,3
Orçamento do Estado	209,5	92,1	212,3	91,9	1,3
Outras entidades	645,4	91,0	697,7	105,1	8,1
Outras transferências correntes	1,6	82,6	1,4	52,0	-10,0
Outras despesas correntes	0,9	73,1	0,8	56,1	-9,3
Despesas de capital	0,0	-	0,0	-	-
Saldo global	-185,5		-146,7		
<i>Por memória:</i>					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-130,1		-134,5		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0		0,0		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-55,4		-12,2		

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Quadro 8. Indicadores físicos do sistema de protecção social da Função Pública

Pensionistas		Aposentação/reforma									Sobrevivência e outros			Abonos abatidos de aposentação/reforma		
		Velhice e outros motivos			Invalidez			Total								
		Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
2006																
	Dezembro	320.735	199.760	120.975	72.928	36.769	36.159	393.663	236.529	157.134	129.867	18.403	111.464	699	530	169
2007																
	Janeiro	321.749	199.982	121.767	73.084	36.778	36.306	394.833	236.760	158.073	130.098	18.429	111.669	671	499	172
	Fevereiro	322.890	200.388	122.502	73.184	36.767	36.417	396.074	237.155	158.919	130.278	18.465	111.813	893	671	222
	Março	323.699	200.541	123.158	73.393	36.806	36.587	397.092	237.347	159.745	130.569	18.569	112.000	887	680	207
	Abril	324.526	200.828	123.698	73.554	36.830	36.724	398.080	237.658	160.422	130.718	18.661	112.057	917	658	259
	Maió	325.592	201.360	124.232	73.669	36.833	36.836	399.261	238.193	161.068	130.789	18.645	112.144	847	641	206
	Junho	326.573	201.768	124.805	73.938	36.919	37.019	400.511	238.687	161.824	131.121	18.735	112.386	801	599	202
	Julho	326.883	201.707	125.176	74.070	36.925	37.145	400.953	238.632	162.321	131.313	18.808	112.505	854	629	225
	Agosto	327.398	201.820	125.578	74.221	36.953	37.268	401.619	238.773	162.846	131.605	18.879	112.726	761	559	202
	Setembro	327.953	202.034	125.919	74.327	36.985	37.342	402.280	239.019	163.261	131.826	18.924	112.902	705	518	187
	Outubro	327.395	201.623	125.772	74.205	36.898	37.307	401.600	238.521	163.079	132.143	19.005	113.138	721	519	202
	Novembro	327.693	201.591	126.102	74.258	36.909	37.349	401.951	238.500	163.451	132.237	19.004	113.233	777	571	206
	Dezembro	328.317	201.426	126.891	74.348	36.912	37.436	402.665	238.338	164.327	131.603	18.925	112.678	1.251	929	322

Novos Pensionistas de aposentação/reforma

		Administr. Central			Administr. Regional			Administr. Local			Militares e forças Segurança			Outros			Total		
		Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
2006																			
	Dezembro	1.499	387	1.112	78	36	42	249	197	52	145	95	50	626	492	134	2.597	1.207	1.390
2007																			
	Janeiro	1.257	310	947	57	27	30	229	184	45	116	92	24	182	120	62	1.841	733	1.108
	Fevereiro	1.228	363	865	50	18	32	212	175	37	88	54	34	556	424	132	2.134	1.034	1.100
	Março	1.182	320	862	58	30	28	213	168	45	150	131	19	302	219	83	1.905	868	1.037
	Abril	1.035	284	751	39	22	17	270	217	53	180	160	20	381	298	83	1.905	981	924
	Maió	850	229	621	28	16	12	199	166	33	116	99	17	835	656	179	2.028	1.166	862
	Junho	1.066	315	751	31	11	20	244	192	52	231	205	26	479	367	112	2.051	1.090	961
	Julho	830	217	613	23	7	16	178	142	36	136	108	28	129	96	33	1.296	570	726
	Agosto	899	293	606	24	9	15	167	133	34	162	139	23	175	115	60	1.427	689	738
	Setembro	624	158	466	19	7	12	113	82	31	157	146	11	453	357	96	1.366	750	616
	Outubro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41	31	10	41	31	10
	Novembro	685	197	488	13	9	4	116	93	23	118	105	13	196	143	53	1.128	547	581
	Dezembro	1.278	231	1.047	29	18	11	146	103	43	121	107	14	391	305	86	1.965	764	1.201

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, IP

Nota: O número reduzido de novos abonos em Setembro deve-se à alteração da lei no que respeita à data de publicação das pensões, pelo que, nesse mês não foram publicadas pensões de aposentação/reforma.

